

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2012

1 BREVE ENQUADRAMENTO GENÉRICO

O presente Plano de Atividades e Orçamento - concebido para o ano de 2012 - constitui-se mais uma vez, como instrumento orientador e planeador da atividade que a instituição prevê desenvolver para o período em questão, dos objetivos de trabalho e respetivas metas que visa alcançar, e nele se vertem o máximo de elementos que permitam assegurar a gestão de forma consistente, eficaz, integrada e consentânea com as linhas orientadoras estratégicas que a entidade tem vindo a seguir desde a sua génese.

É pois, um auxiliar precioso de planeamento da atividade da instituição, prevendo um plano realista de ações a desenvolver de forma sistematizada, calendarizada e avaliável em cada momento.

A preparação e apresentação deste Plano de Atividades para 2012 ocorre num momento particularmente difícil para Portugal que está a braços com uma grave crise económica e social sem precedentes nos anos recentes e, por isso, não pode, realisticamente, deixar de ter em conta as perspetivas financeiras de médio e longo prazo apontadas pela União Europeia, pela OCDE e por outras organizações internacionais, bem como as implicações e restrições previstas no Orçamento de Estado para 2012, consolidadas pelo próprio estatuto da instituição enquanto empresa municipal.

O Plano de Atividades para 2012 deve ter por referência o Programa do Governo que saiu das últimas eleições e que coloca as áreas da educação e da formação no centro das suas preocupações e como uma das áreas de maior relevância em termos de redução da despesa pública.

Neste contexto e nesta envolvência, o Plano de Atividades e Orçamento para 2012 terá sempre no centro das suas preocupações a defesa do ensino profissional, a consolidação e alargamento do seu campo de intervenção, em particular no que respeita à melhoria do desempenho na organização da formação dirigida a públicos específicos, designadamente:

- *Jovens que pretendam frequentar cursos profissionais de dupla certificação;*
- *Jovens que frequentam o ensino básico e pretendam frequentar cursos de educação e formação;*
- *Adultos que pretendam encetar percursos qualificantes completos (EFA escolares e profissionais);*
- *Adultos que pretendam enveredar por formações modulares certificadas de curta duração*
- *Adultos que pretendam ver reconhecidas e validadas as suas competências adquiridas em contextos formais e informais de aprendizagem (RVCC)*

Tendo em conta o atual contexto já traçado, importa sublinhar que é previsível que o ano de 2012 vá continuar a ser marcado por constrangimentos financeiros, mas espera-se que seja igualmente marcado pela consolidação, a nível nacional, do novo modelo de financiamento generalizado no Continente a partir do ano letivo 2010/2011.

Espera-se pois que em 2012 a rede de Escolas Profissionais continue a ser gerida de forma racional e flexível beneficiando da aplicação das tabelas de custos unitários, nos termos da legislação que regula a organização da formação dos cursos profissionais, e que possam, na base da aplicação de regras de financiamento ajustadas à especificidade dos públicos, continuar a contribuir para a qualificação dos jovens que frequentam o ensino básico contribuindo para a redução dos fenómenos do abandono e insucesso escolar.

Espera-se igualmente que em 2012 sejam dados passos consistentes no sentido de dotar as escolas profissionais de um instrumento que regule as condições de trabalho dos seus colaboradores, de uma mais efetiva coordenação ao nível das políticas de educação e formação tendo como referencial o que melhor se faz a nível nacional e internacional. Nesse contexto, será um ano centrado nas preocupações com a qualidade, em que as Escolas Profissionais tudo devem fazer no sentido de apresentarem evidências da qualidade de gestão e organização dos seus projetos educativos e formativos, mantendo e demonstrando as suas virtualidades.

Nesse sentido e apesar das dificuldades do contexto macroeconómico, afigura-se realista a manutenção de um quadro positivo de evolução futura no domínio formativo, tendo em conta as linhas estratégicas das políticas de educação e formação atualmente vigentes.

É pois neste contexto fortemente constrangedor, mas favorável à prossecução da missão formativa da instituição, que se procedeu à elaboração do Plano de Atividades e Orçamento para 2012 que a seguir se apresenta.

2 BREVE DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

Abordar as questões relacionadas com o diagnóstico estratégico, significa uma reflexão atenta e pragmática sobre o posicionamento da entidade, enquanto interveniente do serviço público de educação e formação, num contexto marcado pela crise económica e financeira e a tomada de medidas restritivas em termos de redução da despesa pública e também privada, que necessariamente tem reflexos no setor da educação.

Assim, o presente diagnóstico estratégico tem como ponto de partida a situação do país em matéria de qualificação dos jovens e dos adultos e como referencial os indicadores de desempenho, nesta matéria, dos países mais avançados da União Europeia.

Importa ter em conta que, embora nos últimos anos se tenha feito um esforço significativo no sentido de aproximar Portugal dos países da União Europeia e da OCDE no tocante à qualificação dos jovens e dos adultos, ainda estamos longe de, em termos quantitativos e, particularmente, qualitativos, atingirmos o nível médio dos parceiros comunitários.

As perspetivas inscritas na Estratégia 2020 da União Europeia recomendam uma maior atenção dos Estados Membros em matéria de incremento das políticas de educação e formação e aponta para que a percentagem de alunos do ensino secundário a frequentar percursos profissionais suba para 75%.

Na observância dos princípios constantes da estratégia comum dos 27 países da União, o Ministério da Educação apontou algumas pistas que vão no sentido de Portugal cumprir as metas definidas, pelo que as Escolas Profissionais estarão atentas a esse esforço por considerarem que só qualificando os jovens e os adultos se atingirão patamares de desenvolvimento económico e social compatíveis com os restantes parceiros da UE e da OCDE.

Importa que as Escolas Profissionais e as suas Associações representativas tenham em conta o contexto nacional e internacional em que nos movemos e identifiquem claramente as áreas mais adequadas de atuação, considerando as condicionantes internas e externas e a necessidade de consolidação dos projetos educativos e formativos, no pressuposto de que os mesmos devem ter subjacentes os principais pilares da organização da formação.

Importa que as Escolas Profissionais tenham um olhar atento sobre as necessidades de formação ao nível local, regional e nacional; adequem a oferta formativa ao diagnóstico; mantenham e consolidem a ponte entre a escola/instituição formativa e o mundo do trabalho; reclamem a criação de serviços de orientação escolar e profissional; promovam a qualidade da execução da formação e sejam rigorosos na avaliação sistemática dos desempenhos dos colaboradores.

Permanece igualmente essencial que a instituição se mantenha atualizada, no que respeita à recolha de informação técnica - idónea e substantiva - sobre diagnóstico de necessidades, para que a sua tomada de decisão tenha por base uma argumentação sólida e bem consolidada. Nesse sentido, os estudos técnicos a que recorre são de importância fulcral e não deve desperdiçar todos quantos existam, adequados e válidos para o contexto regional específico em que opera e no respeito pela sua vocação formativa.

Igualmente importante é que a instituição reflita, analise e avalie a realidade e o contexto atual das escolas profissionais, referenciando claramente, em termos de variáveis internas, os pontos fracos e fortes e, em termos de variáveis externas, as ameaças e as oportunidades, evidenciando aquelas que nos poderão afetar mais:

*Destacam-se, como **pontos fortes**:*

- a) Uma cada vez mais qualificada e reconhecida experiência no campo da organização da formação;
- b) A capacidade consolidada de trabalho em rede das Escolas a nível nacional;

- c) O conhecimento do território envolvente e a interação com o tecido económico e social;
- d) O mapeamento das necessidades de formação e a consequente adequabilidade e pertinência das ofertas formativas;
- e) A adoção de práticas pedagógicas assentes no respeito pelos diferentes ritmos de aprendizagem;
- f) A modularização do currículo como pressuposto fundamental da aprendizagem;
- g) A qualidade dos recursos humanos e dos meios físicos afetos à formação;
- h) Os elevados índices de empregabilidade dos formandos;
- i) A boa imagem institucional adquirida junto das nossas Entidades Tutelares e o exemplo de boas práticas que é por estas evidenciado, pelo trabalho desenvolvido.

Contudo, apesar desta valorização positiva, não se pode deixar de ter em conta as fragilidades traduzíveis nos seguintes pontos fracos:

- a) As dificuldades de investimento em instalações e equipamentos, atentas as limitações financeiras e a falta de apoios públicos;
- b) A insuficiente experiência na organização de ações de qualificação para a inclusão, particularmente de pessoas com baixas qualificações e necessidades especiais de aprendizagem;
- c) Experiência ainda incipiente, na maior parte dos casos, na organização e oferta de formação contínua e prestação de serviços às empresas no desenvolvimento dos seus planos de formação;
- d) Reduzido número de Escolas certificadas através das normas da qualidade.

Dentro destes pressupostos, no que concerne às ameaças, sem pretender ser exaustivos, podem identificar-se as seguintes:

- a) Lacunas significativas na identificação e definição de necessidades de formação aos diferentes níveis, questão que ultrapassa sobremaneira o domínio de intervenção das escolas;
- b) Insuficiente coordenação, na maior parte das regiões, da oferta disponibilizada pelos diferentes atores no terreno ao nível das formações de dupla certificação: escolas secundárias, escolas profissionais, centros de formação profissional e outros operadores;
- c) Ausência de uma rede de orientação escolar e profissional capaz de responder às necessidades dos diferentes públicos, particularmente dos jovens, feita por técnicos com competências nesta área e com uma visão abrangente das ofertas disponíveis;
- d) Crise financeira e grande incerteza relativamente aos impactos decorrentes das orientações políticas de cortes orçamentais em todos os Ministérios, com particular incidência no Ministério da Educação;
- e) Quebra demográfica significativa, nomeadamente ao nível de jovens em idade escolar, particularmente mais sensível nas regiões do interior e nas ilhas mais pequenas das regiões autónomas.

Relativamente às oportunidades, evidenciam-se de seguida algumas a ser tidas em conta pelas Escolas Profissionais:

- a) Grande enfoque nas políticas de educação, formação e valorização das qualificações, quer no programa do Governo, quer nos instrumentos operacionais do QREN;
- b) Alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos e incremento do número de alunos do secundário em cursos profissionais;
- c) Estímulos à formação contínua de adultos, nomeadamente no âmbito da iniciativa Novas Oportunidades, embora de momento haja um elevado nível de incerteza sobre o seu futuro;
- d) Grande enfoque político e operacional nas ofertas formativas que conferem dupla certificação;
- e) Crescente sensibilização dos empresários e das empresas para as problemáticas da valorização dos recursos humanos.

É pois tendo em conta o quadro acima descrito, rico em oportunidades e desafios, apesar de incerto e certamente difícil, que a EPF pretende concretizar os seus objetivos de trabalho, materializados nas áreas de intervenção e ações específicas elencadas neste Plano.

3 PLANO DE ATIVIDADES - ÁREAS DE INTERVENÇÃO E ACÇÕES

Em consonância com o que atrás foi referido, as opções estratégicas da entidade mantêm-se, essencialmente, em torno de duas áreas de intervenção formativa:

Eixo 1 – Qualificação Inicial;

Eixo 2 – Formação Contínua e Aprendizagem ao Longo da Vida.

<p>EIXO 1 Qualificação Inicial</p>
<p>Destinatários</p>
<ul style="list-style-type: none"> . Jovens que concluíram o 3º ciclo do ensino básico, ou equivalente. . Jovens que concluíram o 12º ano de escolaridade e qualificação profissional de nível 3. . Jovens que não concluíram o 3º ciclo do ensino básico, na idade legal prevista.
<p>Principais Objetivos da Intervenção Formativa</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Combater o insucesso e o abandono escolar precoce e prevenir a entrada de jovens com baixas qualificações no mercado de trabalho. - Promover o nível secundário como patamar mínimo de qualificação para os jovens. - Promover ofertas de formação de dupla certificação, integrando os objetivos de qualificação e inserção profissional e/ou o prosseguimento de estudos. - Valorizar o ensino pós-secundário não superior e a qualificação de nível 5. - Promover a empregabilidade dos jovens. - Incrementar a Igualdade de Oportunidades entre ambos os sexos.

EIXO 2 Formação Contínua e Aprendizagem ao Longo da Vida
Destinatários
. Ativos empregados e desempregados. . População adulta.
Principais Objetivos da Intervenção Formativa
- Elevar os níveis de qualificação dos ativos – empregados e desempregados – assumindo o nível secundário como referencial de qualificação. - Alargar as possibilidades de acesso à formação por parte dos ativos empregados, através da modulação e do ajustamento das ofertas. - Garantir a capitalização das formações de curta duração, realizadas no quadro de um determinado percurso formativo, com vista à obtenção de uma qualificação correspondente a uma determinada saída profissional. - Consolidar o sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências. - Diversificar as oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento de novas metodologias para a aprendizagem ao longo da vida. - Incrementar a Igualdade de Oportunidades entre ambos os sexos.



Para cada uma delas, a entidade prevê a concretização das seguintes atividades/ ações/objetivos:

A. No domínio do Eixo 1 - Qualificação Inicial:

CURSOS PROFISSIONAIS (CP)

Modalidade de educação de nível secundário, que se caracteriza por um ensino prático que recorre à formação em contexto real e simulado de trabalho, aliando a teoria à vertente técnico-prática. Confere um diploma do ensino secundário e uma qualificação profissional de nível 4.

Fonte de Financiamento: POPH/ Tipologia 1.2

No âmbito desta tipologia, prevê-se o **aumento/alargamento** da atual oferta formativa, por um lado com reposição directa de turmas de cursos já existentes e, por outro, com a inserção de novos cursos, que se prevêm:

- Para o ano letivo 2011/2012 (já em funcionamento)

Cursos Repostos:

- . Técnico de Gestão/ Planeamento e Produção
- . Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria
- . Técnico de Gestão de Equipamento Informático
- . Técnico de Multimédia
- . Técnico de Eletrónica, Automação e Instrumentação
- . Técnico de Design de Moda;
- . Técnico de Energias Renováveis

(reposição de 12 turmas de CP)

- Para o ano letivo 2012/2013 (candidatura a apresentar a partir de Abril/2012)

Cursos a repôr ():*

() - Nota: proposta formativa sujeita a articulação com a rede de escolas do concelho*

- . Técnico de Design de Moda ou Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria
- . Técnico de Gestão/ Planeamento e Produção
- . Técnico de Multimédia
- . Técnico de Eletrónica, Automação e Instrumentação *ou outro na mesma área*
- . Técnico de Energias Renováveis

(incremento de 12 para 13 turmas de CP)

CURSOS DE EDUCAÇÃO-FORMAÇÃO (CEF)

Oferta formativa que permite uma qualificação profissional de nível 3, associada à equivalência ao 9º ano de escolaridade. Visa a aquisição de competências escolares, académicas, técnicas, sociais e relacionais, sendo que a estrutura, o conteúdo e a duração das componentes de formação, variam em função do perfil de ingresso de cada participante, em especial das competências de natureza técnica e académica previamente adquiridas.

Fonte de Financiamento: POPH/ Tipologia 1.3

No âmbito desta tipologia, prevê-se a **manutenção** da atual oferta formativa:

- Para o ano lectivo 2011/2012 (já em funcionamento)

Cursos Repostos:

- . CEF Electricista de Instalações (Tipo 2)

(manutenção das atuais 2 turmas de CEF)

- Para o ano lectivo 2012/2013 (candidatura a apresentar a partir de Abril/2012)

Cursos a repôr:

- . CEF Electricista de Instalações (Tipo 2)

(manutenção das atuais 2 turmas de CEF)

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA (CET)

Ofertas formativas pós-secundárias não superiores, que visam conferir qualificação profissional de nível 5, possibilitando a aquisição de créditos em formações superiores.

Fonte de Financiamento: POPH/ Tipologia 1.4

No âmbito desta tipologia, prevê-se a **retoma futura** desta oferta formativa:

- Para o ano letivo 2012/2013 (candidatura a apresentar oportunamente, previsivelmente a partir de Maio/2012)

Cursos Novos:

- . CET de Gestão de Redes e Sistemas Informáticos

(incremento de 1 nova turma de CET)

B. No domínio do Eixo 2 – Formação Contínua e Aprendizagem ao Longo da Vida:

PROCESSO DE RECONHECIMENTO, VALIDAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (RVCC)

Apoio ao funcionamento dos Centros Novas Oportunidades, para desenvolvimento do processo RVCC e da formação complementar associada.

Fonte de Financiamento: POPH/ Tipologia 2.1

- Centro Novas Oportunidades - RVCC

O Centro Novas Oportunidades da EPF encontra-se em funcionamento desde 2006, tendo sido o primeiro Centro Novas Oportunidades do concelho. Atua nas áreas do reconhecimento, validação e certificação de competências de nível básico e de nível secundário e igualmente no encaminhamento das populações adultas da região, para ofertas formativas qualificantes. Aguarda o resultado da candidatura recentemente submetida, para apoio ao financiamento do período Janeiro-Agosto de 2012 sendo um projeto tutelado pela ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, que está atualmente a proceder à redefinição da rede nacional de CNO's .

Apresenta as seguintes metas de trabalho para o período Janeiro-Agosto de 2012:

Nível Básico

- . 160 Adultos Inscritos
- . 152 Adultos em Diagnóstico
- . 109 Adultos em Processo de Reconhecimento
- . 106 Adultos Certificados

Nível Secundário

- . 106 Adultos Inscritos
- . 101 Adultos em Diagnóstico
- . 60 Adultos em Processo de Reconhecimento
- . 57 Adultos Certificados

Aguarda-se a publicação da legislação de enquadramento para a entrada futura do CNO na vertente de RVC Profissional.

CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS (EFA)

Ofertas integradas de educação e formação, que conferem dupla certificação e que integram componentes de formação de base, profissionalizante e prática, variáveis em função da tipologia de percurso e dos níveis de qualificação que conferem;

Fonte de Financiamento: POPH/ Tipologia 2.2

- Encontram-se atualmente em execução, dois projetos a vigorar **relativos ao período 2010-2011-2012:**

- Cursos EFA Secundário de Dupla Certificação:

- . 1 ação - EFA de Técnicas de Apoio à Gestão

- Cursos EFA Secundário Escolar

- . 4 ações – EFA – Tipo A
- . 1 ação – EFA – Tipo B

- Aguarda-se o resultado de 2 novas candidaturas recentemente apresentadas, para esta tipologia de formação **para o período 2012-2013**. As candidaturas apresentam a seguinte proposta formativa:

- Cursos EFA de Dupla Certificação:

- . 1 ação - EFA Secundário de Técnicas de Apoio à Gestão

- Cursos EFA Escolar

- . 3 ações – EFA Secundário – Tipo A
- . 1 ação – EFA Secundário – Tipo B

FORMAÇÕES MODULARES CERTIFICADAS (FMC)

Ofertas formativas de curta duração estruturadas em módulos que correspondem a percursos de educação e formação que integram o Catálogo Nacional de Qualificações, abrangendo os níveis 2 a 5 de qualificação.

Fonte de Financiamento: POPH/ Tipologia 2.3

- Aguarda-se o resultado de 2 novas candidaturas para esta tipologia de formação **para o período 2012-2013**. As candidaturas apresentadas, prevêm a execução de um Pacote Formativo com um volume global de cerca de 52.750 horas de formação, estruturadas em unidades de formação quer da componente de formação de base, quer da componente tecnológica.

C. Outros Projetos

Ações de Formação Auto-financiadas - A entidade prevê manter um pacote formativo de 5 ações de formação em TIC, em regime de auto-financiamento, que constituirá receita própria da instituição, para suporte de custos privativos inerentes à sua atividade.

Prestação de Serviços G-Tek – Através do seu Gabinete Técnico, a entidade manterá a sua disponibilidade para a prestação de serviços audiovisuais e multimédia, cujas verbas constituirão receita da instituição, para suporte de custos privativos inerentes ao seu funcionamento.

Outros Projetos com Dimensão Formativa - Na prossecução da sua missão, a entidade manter-se-á atenta às oportunidades que venham a surgir

no decorrer do ano civil de 2012, que se apresentem consentâneas com o seu perfil e atividade e se revelem pertinentes para o desenvolvimento do seu projeto estratégico de intervenção na comunidade regional.

4 INVESTIMENTOS EM IMOBILIZADO

RECURSOS TÉCNICOS E MATERIAIS

O esforço de alargamento da atividade formativa da instituição mantido ao longo de vários anos, nomeadamente com a entrada de novos cursos profissionais e cursos de educação e formação de adultos, continua a exigir o investimento oportuno e faseado em novos recursos técnicos e materiais, apesar de a atual capacidade de acolhimento da instituição permitir, em termos gerais, responder ao reforço de ação formativa prevista, quer em termos de equipamento da área formativa, quer da área administrativa e de apoio.

Haverá porém necessidade de atualização e reforço de equipamentos, em particular nas *áreas de energias renováveis, têxtil, vestuário e calçado, informática, eletricidade e eletrónica*.

Deste modo e respeitando a filosofia estratégica que tem vindo a definir, a Escola manterá o princípio de investimento regular na **atualização e reforço de equipamentos**. Igualmente se manterá nesta matéria, o princípio do estabelecimento de prioridades – acima evidenciadas - face à limitação dos recursos financeiros disponíveis, sendo que se consideram sempre prioritários os investimentos em recursos técnicos diretamente afetos à área formativa.

As **infraestruturas escolares** apresentam ainda níveis de salubridade aceitáveis, mas preocupantes em termos de crescente degradação, obrigando à sua manutenção permanente, **registando elevada taxa de utilização**, quer em regime diurno, quer em pós-laboral.

Deste modo considera-se que o projeto de **REMODELAÇÃO DE ATUAIS INSTALAÇÕES** ou **NOVAS INSTALAÇÕES** para a EPF deve ser assumido como projeto prioritário e premente, para um futuro duradouro e sustentável deste Estabelecimento de Ensino privado, integrado na rede de Escolas Profissionais e no Sistema Nacional de Educação.

5 ORÇAMENTO PREVISIONAL PARA 2012

A estimativa de RECEITAS/RECEITAS PRÓPRIAS, diz respeito à geração de proveitos privativos que revertem, exclusivamente para suporte a custos privados de funcionamento da entidade.

A estimativa de RECEITAS/SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO, é efetuada com base, exclusivamente, em candidaturas apresentadas ao POPH, encontrando-se as mesmas nos estados:

- **Aprovada**/em execução (as que respeitam ao período 2011-2012)
- **Aprovação Previsível** (as que respeitam ao período 2012-2013)

PROVEITOS (Parte 2012)	
RECEITAS PRÓPRIAS	8.500,00 €
72 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.250,00 €
. Serviços de Secretaria	500,00 €
. Projectos de formação auto-financiados	1.250,00 €
. Serviços G-Tek	1.500,00 €
73 - PROVEITOS SUPLEMENTARES	2.500,00 €
. Mercadorias Bar e Papelaria	2.500,00 €
SUBSÍDIOS	3.120.644,03 €
74 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	3.120.644,03 €
POPH/1.2 - Cursos Profissionais (CP)	1.425.117,51 €
. Projeto CP (Janeiro-Agosto 2012)	930.725,02 €
. Projeto CP (Setembro-Dezembro 2012 - <i>previsão</i>)	494.392,49 €
POPH/1.3 - Cursos de Educação-Formação (CEF)	222.958,10 €
. Projeto CEF (Janeiro-Agosto 2012)	146.949,05 €
. Projeto CEF (Setembro-Dezembro 2012 - <i>previsão</i>)	76.009,05 €
POPH/2.1 -Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	352.855,98 €
. Projeto RVCC/ Centro Novas Oportunidades 2012 (Janeiro-Agosto)	352.855,98 €
POPH/2.2 -Educação e Formação de Adultos	742.154,76 €
. Projeto EFA Escolar 2010-2012 (parte 2012)	53.520,10 €
. Projeto EFA Dupla Certificação 2010-2012 (parte 2012)	65.361,81 €
. Projeto EFA Escolar 2012-2013 (parte 2012 - <i>previsão</i>)	469.598,50€
. Projeto EFA Dupla Certificação 2012-2013 (parte 2012 - <i>previsão</i>)	153.674,35€
POPH/2.3 –Formações Modulares Certificadas	377.557,68€
. Projeto FMC Componente Base 2012 (<i>previsão</i>)	189.825,70€
. Projeto FMC Componente Tecnológica 2012-2013 (parte 2012- <i>previsão</i>)	187.731,98€

No que respeita à previsão de CUSTOS, entendemos pertinente realçar que estes serão sempre fortemente e/ou proporcionalmente influenciados pela aprovação e execução efetiva de um conjunto de candidaturas que se prevêm, mas cujo resultado final não se encontra ainda apurado.

Por outro lado, manter-se-á a linha adotada de rigor e contenção de custos, no sentido de se conseguir manter os fundos de tesouraria dentro dos limites que estão estabelecidos.

É igualmente possível, prever algumas situações que se virão a apresentar, delas se destacando:

1. O expectável aumento substancial de custos com encargos financeiros/juros suportados, tendo em conta o atual *plafond* da conta-corrente da instituição junto da Caixa Geral de Depósitos, de 350.000 Euros (*cujos termos e condições de renovação foram recentemente revistos de forma bastante gravosa face às contingências do contexto nacional e internacional*) para fazer face a despesas correntes de funcionamento elegíveis pelas candidaturas da entidade.
2. A manutenção de uma verba significativa para investimento em imobilizado, no respeito pelas prioridades identificadas no ponto 4 do presente plano.

12

CUSTOS	
62 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	1.716.354,00 €
63 CUSTOS COM PESSOAL	1.319.290,03 €
65 DEPRECIAÇÕES EM ATIVOS	62.500,00 €
68 OUTROS GASTOS E PERDAS	2.000,00 €
69 ENCARGOS FINANCEIROS	20.500,00 €
TOTAL DE CUSTOS	3.120.644,03 €

No que respeita ao RESULTADO LÍQUIDO, prevê-se que o mesmo se mantenha baixo, mas positivo, face ao que foi exposto.

Felgueiras, Dezembro de 2011
A Gerência

